

## Evasão e Responsabilidade Social

A USP é paga pela sociedade para, entre outras coisas, formar cerca de 7000 alunos de graduação por ano – afinal, os quadros docentes são dimensionados em função do número de ingressantes. Sob este ponto de vista, certamente não estamos desempenhando um bom trabalho, uma vez que o número de formandos vem sendo de cerca de 4000 por ano, ou seja, apenas 60% da capacidade instalada!

Há varias razões para este fenômeno, mas devemos estar certos de que seremos cobrados, e com razão, por tolerar este fato sem tomar nenhuma providência a respeito. É portanto urgente que a Universidade tome medidas para corrigir essa situação, pelo menos onde possível.

Este artigo pretende contribuir com propostas capazes de melhorar este quadro, dentro dos recursos existentes. Na medida do possível, tomarei exemplos de situações relativas à minha própria Unidade, não por provincianismo, mas para evitar ao máximo o ferimento de suscetibilidades. Os dados numéricos foram retirados do anuário estatístico de 1997.

Antecipando conclusões, a principal proposta imediata é aumentar o número de vagas no vestibular para acompanhar o processo de evasão. O número atual de vagas seria mantido como um valor fixo, ao qual seria adicionado um valor variável de ano para ano, visando compensar as perdas do processo. Haverá certamente uma carga adicional nos primeiros anos de cada curso, que poderá ser compensada primeiro pela eliminação de aulas para alunos dependentes, que conservarão somente o direito a prestar as provas, e segundo pelo aumento das horas obrigatórias dedicadas a aulas, conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

### O processo de evasão

Uma primeira observação é que existe uma certa flutuação no número de formados por unidade entre um ano e outro. Não conheço explicação para esse fenômeno, mas o folclore docente sempre admitiu diferenças expressivas entre as turmas de anos diferentes, ao afirmar que a turma deste ano é - forte, fraca, unida, desunida etc. Também não faz muito sentido considerar a duração do curso, uma vez que o aluno médio – seguindo uma tendência mundial - está levando de um a dois anos a mais que a duração ideal do curso. Assim, é preciso recorrer à média de um número arbitrário de anos. A tabela apresentada neste artigo usou a média dos anos de 1993 a 1996. Para a USP como um todo, o ano de 1993 foi bem abaixo da média de formandos; 1994, em compensação, bem acima, e 1995 e 1996 foram típicos. Quando oportuno, foram retirados os dados relativos a cursos introduzidos ou extintos em épocas com influência nas estatísticas.

A tabela anexa mostra os percentuais de formandos para as diversas unidades da USP, ordenadas em ordem decrescente do percentual de formandos. Um estudo mais rigoroso exigiria o exame de cada curso de cada unidade, mas para o propósito deste artigo esta divisão é satisfatória. As unidades foram divididas arbitrariamente em 3 grupos: as que formam mais de 85% dos ingressantes, as que formam entre a metade e 85% e as que formam menos da metade dos ingressantes.

a) Unidades que formam mais de 85% dos ingressantes

Este grupo é composto de 11 unidades, que possuem 25% das vagas consideradas, formando em média 92% dos ingressantes.

Dessas 11 unidades, 10 são (ou estavam, por ocasião da reforma universitária, nos anos 70) fora do Campus “Armando Salles Oliveira”, o que sugere a conjectura de que essas escolas foram protegidas dos efeitos da reforma universitária por esse acidente geopolítico. O fato da Escola de Engenharia de São Carlos estar nesta categoria enquanto a Escola Politécnica ter um índice de evasão bem maior invalida a possível explicação de que o mercado está mais favorável às profissões da área biológica. É um fato que deve levar a discussão sobre promover-se a **desreforma** da universidade, mas este é um outro assunto (para o pessoal mais novo, na época da reforma a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia ficavam fora da Cidade Universitária). A maior parte das unidades deste subgrupo não precisa tomar providências especiais em relação à evasão.

c) Unidades que formam entre 50 e 85% dos ingressantes

O segundo subgrupo possui 38% das vagas, formando em média 70% dos ingressantes, com variação entre 57 e 84%. É nesta categoria que se encontra a maioria das unidades e onde a proposta esboçada acima pode produzir resultados úteis.

O detalhamento dos problemas da evasão e das propostas de solução estão apresentados adiante.

c) Unidades que formam menos de 50% dos ingressantes

Este grupo é composto de 8 unidades, com 37% das vagas e 19% dos formados.

Neste grupo cada curso deve ser avaliado individualmente sobre a aplicabilidade ou não da presente proposta, mas em geral a causa da evasão deve-se a fatores completamente fora do controle da Universidade e nenhuma medida corretiva poderá proporcionar bons resultados.

Uma primeira categoria é a das unidades que oferecem cursos de licenciatura. Alguns não estão formando nem 20% dos ingressantes. Se examinarmos as perspectivas profissionais dos formados, é até um índice alto. Qualquer estudo econômico mostrará que não há qualquer sentido em investir quatro anos a mais na própria formação quando há muitas oportunidades de trabalho melhor remuneradas do que o ensino médio. Compare-se o salário de docente do curso médio, enfrentando uma turma de adolescentes da periferia, com o de uma secretária ou de um motorista de ônibus! Somente os alunos movidos por uma vocação muito forte ou que apenas desejem um título universitário estarão motivados a concluir o curso. A solução para a evasão passa por uma substancial valorização da carreira de professor secundário, completamente fora de cogitação em futuro previsível. É fato que existem algumas boas escolas particulares de nível médio que oferecem uma boa remuneração a seus docentes, mas seu número é muito pequeno para que tenham qualquer impacto na absorção de formados.

Longe de se constituir num problema, o desinteresse pelos cursos de licenciatura é uma demonstração de objetividade e capacidade de avaliação da realidade pelos jovens.

Caberia nestes casos um estudo entre a classificação no vestibular dos alunos que efetivamente concluem o curso, com correspondente redução das vagas de ingressantes. Esta redução possibilitaria a liberação de capacidade docente para novos cursos que ofereçam oportunidades reais no mercado de trabalho – afinal, a USP não vem abrindo novos cursos apesar das alterações no perfil do mercado de trabalho.

Uma outra categoria é a dos cursos que formam poucas pessoas, têm um mercado de trabalho restrito, mas são importantes para que certas especialidades do conhecimento sejam mantidas e desenvolvidas pela Universidade, independentemente do resultado econômico. É um investimento a fundo perdido, que a Sociedade faz para preservar valores e conhecimentos, e integra a essência da idéia de Universidade. A maioria dos cursos da FFCLH está nesta categoria e aqui não cabe nenhuma medida corretiva porque o baixo índice de formandos não é uma deficiência, mas decorre da natureza dos cursos ministrados e de seu papel na sociedade. A recente redução de vagas promovida recentemente pela própria unidade em alguns cursos poderia ser estendida, liberando-se igualmente capacidade docente para novos cursos.

A favor da FFCLH deve-se dizer que apresenta um quadro docente muito reduzido, de 0,76 docentes por aluno formado, contra uma média de 1,2 para a USP como um todo. Por este critério, é uma das unidades mais eficientes e este argumento pode ser levantado em qualquer momento em que a Universidade seja acusada de um índice de evasão alto.

Enfim, cada um dos cursos desta categoria merece um estudo particular.

### **O problema da evasão**

Para se propor soluções para o problema da evasão, é interessante determinar as suas origens. Um estudo formal certamente demandaria muito tempo e esforço, mas é uma proposta interessante para os especialistas na área. Na ausência deste estudo, pode-se conjecturar várias causas:

- indefinição profissional dos ingressantes

Este é um fator social relativamente novo e que afeta até as unidades do primeiro grupo. Até não muito tempo a maioria dos jovens formava, bem ou mal, uma proposta de vida ainda na adolescência, e em geral a seguia. Em tempos não tão antigos, o próprio segundo grau era dividido em um curso chamado de clássico para os aspirantes a direito e outras carreiras humanas, e em científico, que se subdividia mais tarde em engenharia e medicina, para os outros. A decisão de carreira tinha de ser tomada por volta dos 14 anos. Quer esta situação fosse boa ou má para os envolvidos, quando chegava a hora do ingresso na Universidade a decisão já estava tomada.

Atualmente, é muito comum o vestibulando não ter idéia da carreira que pretende seguir e mudar de opinião várias vezes ao longo do ano em que se prepara para o vestibular. Muitos acabam ingressando em um curso, desinteressando-se e ingressando em logo a seguir em outro. Não que sejam maus alunos, que não tenham conseguido acompanhar o curso – é comum esses alunos ingressarem e abandonarem cursos de muita procura, como medicina e direito, e ingressarem em seguida em outro curso igualmente disputado, estabilizando-se e concluindo o segundo (ou terceiro... ) curso num prazo normal.

É um fenômeno completamente fora do controle da Universidade, e na maioria esmagadora dos casos ocorre no ano de ingresso do vestibulando.

- qualidade dos cursos básicos

Um segundo fator é o problema da qualidade dos cursos básicos. Esta exposição seguirá o critério de usar minha Unidade como exemplo pelo motivo exposto acima, mas, *mutatis mutandis*, vale para as outras unidades. A qualidade tem sido fraca desde antes da reforma universitária e portanto não depende da mudança dessas disciplinas para os institutos especializados. Havia, é certo, alguns excelentes professores nessas disciplinas, em geral de certa idade, mas no geral o nível já estava bastante ruim antes da reforma. Hoje, como antes da reforma, também existem alguns excelentes professores, mas são igualmente uma minoria bastante restrita.

A baixa qualidade das disciplinas básicas do curso tem um impacto ainda maior porque o vestibulando, depois de um ou mais anos de estudo intenso para ser aprovado no vestibular tem uma justa expectativa de recompensa por seus esforços. Ao ingressar na Universidade e verificar que continua estudando mais ou menos as mesmas disciplinas, ainda desligadas da vida prática, em condições materiais em geral piores e com professores muito menos interessados que os do cursinho, é natural que surja um desânimo que leva muitos a desistir. Se não havia uma convicção muito firme pelas razões apontadas no item anterior, tem-se uma combinação fatal.

É interessante observar que a maioria dos cursos dos “11 mais” apontados anteriormente tem disciplinas típicas do trabalho profissional já no primeiro ano, o que raramente acontece nos outros cursos. Restringindo-me novamente ao caso da engenharia, é um problema reconhecido em Universidades de todo o mundo, mas nenhuma solução adequada foi encontrada.

O problema da qualidade dos curso básicos ocorre porque estas disciplinas básicas não costumam ter grande interesse para os docentes, uma vez que estão desligadas de sua área de pesquisa. E por que exigir que os docentes dessas disciplinas sejam também pesquisadores? A razão pela qual se defende a indissolubilidade da docência e da pesquisa é manter os professores atualizados em suas disciplinas —o que é perfeitamente válido para as disciplinas de natureza profissional. Mas qual é a razão de se exigir pesquisas nas áreas de fronteira do conhecimento para um professor de cálculo, que vai ministrar um programa que é essencialmente o mesmo fixado por Cachy em 1850? Ou para lecionar a física básica, que termina com as grandes descobertas da década de 20, muito antes do nascimento dos atuais professores?

A Universidade poderia encaminhar a solução para este problema, através da criação de uma nova categoria docente, com seus méritos julgados de acordo com a capacidade didática, e não de pesquisa, e com as mesmas possibilidades de ascensão acadêmica dos outros docentes. Esta solução terá de enfrentar o problema de uma avaliação razoavelmente objetiva dessa capacidade didática, como hoje ocorre com a avaliação da capacidade do docente como pesquisador, o que não é uma tarefa fácil. Além disto, esta é uma ideia frontalmente contrária à mentalidade e aos conceitos vigentes na Universidade e de execução viável somente a muito longo prazo.

Esta desistência por desânimo ocorre predominantemente com as disciplinas do primeiro ano, quer no ano de ingresso ou no ano subsequente.

- o clima de permissividade e irresponsabilidade

Outro fator importante é o clima de permissividade e irresponsabilidade que caracteriza o sistema atual de matrículas e dependências. Há alunos dependendo de matérias do primeiro ano para se formar, uma vez que já completaram todas as outras!

Afinal, por que se esforçar para obter aprovação em uma disciplina se esta pode ser cursada o ano que vem, sem inconvenientes? Por que continuar estudando após a segunda prova, se já foram conseguidos os 15 pontos necessários para ser aprovado com média 5? E toda uma série de perguntas do mesmo tipo.

Aqui sim cabe uma ação da Universidade, no sentido de mostrar maior seriedade. Elevação do nível de exigências para aprovação, algum tipo de punição para dependências, concessão de benefícios ao aluno que siga regularmente o currículo e outras medidas do mesmo tipo.

Estas providências também são de implementação difícil, pois aparecem sempre os que querem resolver os problemas dos “coitadinhos” que têm problemas de horário devido às dependências, e ocupam os melhores horários de laboratório, em detrimento dos alunos regulares, ou que precisam “apenas de uma pequena tolerância” em relação à superposição de horários para poder fazer mais uma disciplina e assim por diante.

Não há nenhuma medida única que possa ser tomada em relação a este aspecto, mas é importante ter em mente que o aluno regular é o que deve ser beneficiado em todas as decisões. Os regulamentos devem ser organizados para transmitir ao aluno um sentido de seriedade e responsabilidade, evidentemente de ambas as partes.

### **Uma proposta de solução**

A conclusão sobre o problema da evasão é que os fatores estão fora do controle da Universidade, ou dependem de um prazo muito dilatado e incerto para que sejam implementados. Aceite-se, portanto, que o processo de formação dos alunos tem perdas inevitáveis.

Estas perdas podem ser compensadas por um aumento no número de ingressantes. A proposta é que o número atual de vagas seja considerado como um valor base que não será reduzido e que corresponde à capacidade instalada da unidade responsável pelo curso. A este número de vagas deve-se agregar um certo número de vagas de compensação, variáveis anualmente, e correspondente à evasão esperada, baseada em dados da história recente dos cursos. Como a evasão ocorre quase que exclusivamente no primeiro ou segundo ano de ingresso, a resposta do sistema é rápida e não envolve grandes riscos. Alias, o risco de uma avalanche já existe hoje, devido ao represamento dos alunos nos primeiros anos. Com o regime de matrícula por disciplina é difícil definir o número de dependentes, mas pode-se adotar disciplinas típicas como uma medida representativa. Novamente no caso da Escola Politécnica, houve (dados de 1977) um total de 965 alunos matriculados em Cálculo III, disciplina típica do segundo ano, para um total de 720 vagas. Se todos tivessem sido aprovados nessas e nas outras disciplinas do segundo ano, esses 965 alunos teriam de ser admitidos, para uma capacidade instalada de 720 vagas!

Evidentemente, este aumento no número de ingressantes implica num aumento das necessidades didáticas nos primeiros anos, com reflexos na demanda de

docentes, instalações, etc. Entretanto, o número atual de dependentes (utilizando-se o mesmo critério acima, é da ordem de 245), não é muito maior que qualquer aumento razoável previsível para o número de ingressantes.

Assim, propõe-se a eliminação do direito dos alunos reprovados a frequentar as aulas, sendo admitidos somente às provas, como ocorria com as “matrículas de portaria”. Os casos de trancamento poderão receber um tratamento diferenciado, dependente da disponibilidade de vagas. O aluno dependente poderá estudar sozinho ou em cursinhos que certamente aparecerão. Pode-se antecipar até uma concorrência saudável entre estes e as aulas regulares da USP.

O fato de existir uma espécie de punição pela reprovação poderá até ter um efeito positivo nos alunos, demonstrando um aumento da responsabilidade social da Universidade, e demandando um aumento da responsabilidade dos alunos. Pela mesma razão, não acredito que os alunos protestem muito pela implementação da medida, uma vez que o curso continuará sem alteração para os bons alunos, e permitira que um número bem maior de estudantes possa usufruir do ensino público e gratuito - e a Universidade cumprirá melhor sua missão de formação de profissionais para a sociedade que a paga.

## RETIFICAÇÃO

O artigo “Evasão e responsabilidade social” baseou a organização da tabela de percentual de conclusão de cursos nos dados do Anuário Estatístico de 1997. O anuário omite uma série de detalhes sobre a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, que invalidam o cálculo do percentual de formandos. Considerando-se essas informações, o índice de formandos dessa unidade atinge 85%.

Unidade	Vagas de referência	Formados 1993	Formados 1994	Formados 1995	Formados 1996	Média 1993-1996	% de formados	Observações	Número de docentes na Unidade (1996)	Número de docentes por aluno formado
FMVZ	80	88	80	78	76	81	101	Excluídos os alunos transferidos para a FZEA	86	1.07
FORP	80	81	81	76	79	79	99		83	1.05
FOB	75	67	77	78	75	74	99		92	1.24
FFCLRP	120	124	99	128	120	118	98		112	0.95
FM	240	208	240	251	242	235	98		338	1.44
FO	133	124	113	126	124	122	92		151	1.24
EESC	210	155	211	182	209	189	90		213	1.13
FCFRP	50	32	49	56	41	45	89		74	1.66
FD	450	390	436	366	390	396	88		133	0.34
IB	120	115	114	108	81	105	87		93	0.89
FMRP	100	84	78	84	96	86	86	249	2.91	
Total de vagas no grupo:								1658		
Total de formados no grupo:								1528		
EE	80	54	62	61	91	67	84		80	1.19
IQ	60	61	54	45	41	50	84		101	2.01
EERP	80	62	51	76	71	65	81		64	0.98
FSP	40	32	34	28	36	33	81		106	3.26
ESALQ	225	206	180	160	168	179	79	Excluído o curso de economia doméstica	228	1.28
IP	70	48	50	64	58	55	79		92	1.67
FAU	150	106	133	132	92	116	77		134	1.16
ECA	245	196	177	197	175	186	76	Número de vagas antigo Dados de 1993-94 obtidos do extinto IFQSC	173	0.93
IQSC	40	21	39	28	28	29	73		40	1.38
EEFE	100	84	80	57	65	72	72		38	0.53
EP	720	456	555	484	493	497	69	Excluídos alunos e vagas de Cubatão	514	1.03
FCF	135	64	89	84	103	85	63		97	1.14
FEA	480	236	255	264	373	282	59	Excluídos alunos de Ribeirão Preto	260	0.92
ICMSC	80	40	48	47	47	46	57		67	1.47
Total de vagas no grupo:								2505		
Total de formados no grupo:								1760		
FE	120	55	51	46	52	51	43		101	1.98
FZEA	30	18	17	11	5	13	43		33	2.59
IFSC	40	22	23	27	19	17	43	Dados de 1993-94 obtidos do extinto IFQSC	51	3.00
IGc	50	14	22	15	31	21	41		57	2.78
IME	274	78	94	112	84	92	34		191	2.08
IF	260	64	93	94	65	79	30		165	2.09
FFLCH	1630	579	481	434	435	482	30		368	0.76
IAG	40	7	16	2	14	10	24		64	6.56
Total de vagas no grupo:								2444		
Total de formados no grupo:								764		
Totais	6607	3971	4159	4001	4079	4053	61		4839	1.19

Exemplo de institutos com Bacharelado e Licenciatura distintos

IF b	160	51	72	73	55	63	39
IF I	100	13	21	21	10	16	16
IME b	124	53	47	76	57	58	47
IME I	150	25	47	36	27	34	23